

RIBEIRO, Cristina Almeida & Margarida MADUREIRA (org.) *O gênero do texto medieval*. Lisboa, Edições Cosmos, 1997, 281p.

*Lênia Márcia Mongelli\**

Esta obra, que vem a ser a publicação de número 12 da coleção *Medievalia*, coordenada por Aires A. Nascimento, corresponde às *Atas* do 1º Colóquio organizado pela Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval. Como o título sugere, o encontro destinou-se a discutir a mais que espinhosa questão do “gênero” das obras medievais, prosa ou poesia, ficção ou texto histórico, filosófico, doutrinário, hagiográfico, etc. Num total de vinte e dois artigos, assinados por alguns especialistas de renome, examina-se não só a herança dos tratadistas clássicos, como ainda, e talvez por decorrência dela, o teor quase sempre híbrido da produção literária medieval, onde é praticamente impossível falar em “gênero puro”

Quer no âmbito da lírica trovadoresca, quer no da historiografia de Fernão Lopes, de Zurara, de Rui de Pina, ou inclusive no do texto doutrinal do *Orto do Esposo*, as conclusões assomam naturalmente a favor da natureza compósita dos gêneros na Idade Média – por razões que vão de compromissos religiosos, éticos e moralizantes, até circunstâncias sócio-políticas, a facultar intromissões as mais diversas no texto – do autor, do copista, do comentador, do compilador. Como a preocupação com a originalidade

---

(\*) Professora Titular de Literatura Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH-USP.

não estava em causa e a excelência da obra media-se por sua maior ou menor fidelidade ao testemunho dos antigos, a linearidade do raciocínio não excluía a inserção de fontes limítrofes do maravilhoso, do fantástico e do folclórico. É curioso observar a paciência com que os ensaístas rastreiam, nos textos por eles examinados, a impregnação de impensados materiais – o que, afinal, era de se esperar numa cultura orientada pelo princípio da *imitatio*.

Num trabalho de grande erudição, Aires A. Nascimento – que, aliás, presidiu o colóquio – da Universidade de Lisboa, trata das implicações relativas ao ato de **traduzir**, por ele considerado “verbo de fronteira nos contornos da Idade Média” por volta dos séculos XIV/XV – tendo o termo supostamente aparecido pela primeira vez numa carta de Leonardo Bruni Aretino, datada de 5 de setembro de 1400. A partir daí, estuda-se a repercussão em Portugal das traduções realizadas por Aretino e as discussões que delas fez Alonso de Cartagena, que em 1472 se encontrava pela quarta vez em missão diplomática junto aos príncipes portugueses. Toda a polémica derivou do fato de Aretino, em sua tradução da *Ética* de Aristóteles (terminada em 1416 e apresentada ao papa Martinho V nos primeiros meses de 1419), haver redigido uma introdução em que, “com algum vigor procurava demarcar-se dos que o precederam, explicitando que o seu novo trabalho de tradutor se apresentava com caráter de novidade” (p.119). Isto se faz pela adoção de uma terminologia específica, pela escolha de soluções lingüísticas muito próprias e distintas, a sugerir os novos tempos, a reconhecer que “o trabalho de tradutor tem dois momentos, o primeiro de *accipere* numa língua e o segundo de *reddere* noutra língua” obrigando ao conhecimento tanto da língua de base erudita (latim, grego), quanto da vulgar para a qual se fez a transposição. Ou seja: “O tradutor terá de saber movimentar-se em três planos: o das línguas, para identificar e respeitar a identidade de cada uma; o do conteúdo, para garantir fidelidade à mensagem

(fidelidade essa expressa em termos de correspondência às intenções do autor); o do texto concreto, para se conformar com os seus procedimentos estilísticos e retóricos” (p.121). Portanto, já se notam claramente as preocupações de natureza *estética* a complementar o ofício de *traducere*, um dos esteios das novidades renascentistas.

Também muito interessante é o alerta de Maria do Rosário Ferreira, da Universidade de Coimbra, em “*Nomina sunt res? Do poder reificador das designações genéricas no corpus da lírica galego-portuguesa*”: com bastante argúcia, ela chama a atenção para o perigo de se “enquadrar” poemas em classificações espúrias do tipo *cantigas de romaria*, tomando por referência apenas alguma indicação contextual de ermidas, independentemente de serem locais religiosos ou profanos, de encontro amoroso. Para exemplificar situações em que o procedimento classificatório implica em cegueira ante a especificidade do texto, ela cita a *cantiga de amigo* de Pai Gomes Charinho *Ai Sant'Iago, padron sabido* (B843 / V429), que tanto dividiu a opinião da crítica. Segundo a ensaísta, se todos não se tivessem equivocado com a simples invocação a *Sant'Iago* para constatar um poema *de romaria*, teriam visto nele o tema do regresso da guerra feito por mar, com a moça saudando o seu valente guerreiro que saiu em defesa da cristandade – ambiência muito mais consentânea a outras criações de Charinho, que a A. chama de “almirante trovador”. E para concluir o acertado de suas ponderações, Maria do Rosário não poderia deixar de rever a tão polêmica *Levad'amigo que dormides as manhaãs frias* (B641 / V242), de Nuno Fernandes Torneol, do ângulo também muito discutido de sua inclusão entre as *albas* provençais.

Vários artigos tratam do *exemplum* medieval, a ele acrescentando, em muitos casos, o complemento da moderna *estética* da recepção, ao considerar o público leitor/ouvinte como determinante da finalidade didático-pedagógica do texto. No processo de mútua contaminação atrás

referido, tal objetivo de edificação transita da esfera das hagiografias propriamente ditas para o das criações ficcionais, com personagens cavaleirescas e até políticas alçadas ao patamar dos santos. No alicerce das mutações, sem que jamais seja perdido de vista, o testemunho inquestionável das Sagradas Escrituras. Enveredando mais ou menos por este caminho, são ricamente sugestivas as ponderações de Fernando Figueiredo, da Universidade da Madeira, sobre “O maravilhoso na *Crônica Geral de Espanha de 1344*”

Considerando-se que as marcas genológicas são ainda estudadas na *Legenda Aurea*, na *Crônica da fundação do Mosteiro de São Vicente*, no *Livro da Montaria* de D. João I, no *Libro del Caballero Zifar*, em Chaucer, n’*A Demanda do Santo Graal*, etc., temos que a obra oferece um variadíssimo painel temático para todos os gostos, de que resulta um consistente panorama da Idade Média.